

OAB-RJ, OAB-SP e OAB-PR defendem transparência e reforma do Judiciário

A Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) se uniu às seccionais de São Paulo e do Paraná (OAB-SP e OAB-PR) e a mais de 20 entidades da sociedade civil na assinatura do manifesto “Em defesa da Justiça e pela reforma do Judiciário”, divulgado nesta terça-feira (8). O documento defende o fortalecimento das instituições do sistema de Justiça, com mais transparência, imparcialidade e mecanismos capazes de ampliar a confiança da população. O manifesto afirma que as sucessivas crises em Brasília, especialmente no Supremo Tribunal Federal (STF), colocam as instituições diante de um teste de integridade e podem comprometer a confiança pública, considerada essencial à democracia. As entidades também defendem que suspeitas e acusações sejam examinadas de forma pública e imparcial pelo Plenário do STF. A defesa também cobra mais controle institucional.



Ana Tereza Basilio, presidente da OAB-RJ

Plenário aberto

O texto sustenta que não há espaço para soluções obscuras, casuísticas ou revanchistas diante da crise. Para as entidades, o Plenário do STF deve analisar, em discussão livre, pública e presencial, as suspeitas e acusações existentes. Autoridades suspeitas, acusadas ou diretamente interessadas, segundo o manifesto, devem ser afastadas do processo decisório, com oportunidade de esclarecimento dos fatos e respeito ao devido processo legal. A defesa é apontada como necessária à democracia



Leonardo Sica, presidente da OAB-SP

Reforma ampla

Além da resposta aos episódios atuais, o manifesto propõe uma ampla reforma do Judiciário. Entre as medidas defendidas estão a criação de um Código de Conduta, a ampliação das hipóteses de impedimento e suspeição, a adoção de mandato para ministros do STF, a redução da competência criminal dos Tribunais Superiores e a limitação dos julgamentos virtuais e das decisões monocráticas. O documento afirma que fortalecer o Supremo é preservar sua autoridade por meio da transparência e da confiança pública. Mais medidas são citadas.

Apoio amplo

O manifesto é subscrito, entre outras entidades, pela UNE, Comissão Arns, Transparência Brasil, Educafro, AASP, IASP, IDDD, SINSA, Movimento de Defesa da Advocacia, FENIA, CESA, ABDF, CEERT, Academia Brasileira de Educação, Academia Carioca de Letras, ACSP, CNS, CACB e centros acadêmicos de instituições como PUC-SP, PUC-Campinas e Mackenzie. Entre elas, estão entidades civis, jurídicas e acadêmicas.

Suspensão de verba

O governador em exercício do Governo do Rio, desembargador Ricardo Couto, determinou a suspensão cautelar da liberação da segunda parcela do projeto Balcão do Consumidor, no valor de R\$ 11.910.798,88. A decisão teve como base auditoria da Controladoria-Geral do Estado (CGE-RJ) que identificou a ausência de documentação comprobatória para demonstrar aplicação dos recursos.

Falta de documentação

Segundo a auditoria, a insuficiência da documentação compromete a verificação de que os gastos realizados correspondem às ações e metas previstas no Plano de Trabalho, além de representar risco de despesas incompatíveis com o objeto da parceria com a organização CPASC. Até que sejam sanadas as pendências, o pagamento segue suspenso.

Defesa aos indígenas

A deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), candidata à reeleição, aderiu à Carta Política da campanha Vote pelo Território 2026, iniciativa que reúne compromissos em defesa dos povos e comunidades tradicionais e da proteção dos territórios. Ao anunciar a adesão, Talíria afirmou que defender os povos e comunidades tradicionais é também defender a democracia, a soberania nacional e o futuro do Brasil.

Contra o racismo ambiental

A parlamentar destacou ainda a necessidade de enfrentar o racismo ambiental, o modelo de exploração extrativista e os ataques aos territórios. Entre as posições assumidas, estão a oposição ao marco temporal para demarcação de terras indígenas, à proposta de privatização das praias e à legislação que, segundo os movimentos ambientais, representa um retrocesso nas regras de licenciamento.

Nova lei de licenciamento

A candidata também defendeu a derrubada da chamada Lei da Devastação e a reconstrução do sistema brasileiro de licenciamento ambiental: “Pela derrubada da Lei da Devastação, com a reconstrução do sistema de licenciamento ambiental brasileiro!”, reforçou.

Polícia Federal

Talíria também destacou que o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, por decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, precisa ser analisado dentro de um contexto mais amplo de politização das instituições, pois a PF mostra independência nas investigações, com os casos do INSS e do Banco Master

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Mineiro diz ter feito sete repasses do Master para o fundo Havengate

Mendonça deve homologar delação sobre Dark Horse

“Mineiro” era responsável pelos repasses do Banco Master

Por **Gabriela Gallo**

O empresário Antonio Carlos Freixo Junior, conhecido como “Mineiro”, e seus advogados de defesa compareceram nesta terça-feira (8) no gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, ministro-relator do caso Banco Master na Suprema Corte, para realizar uma delação premiada sobre os repasses do dono do Master Daniel Vorcara para financiar o filme “Dark Horse”, longa-metragem autobiográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Eles conversaram com um juiz auxiliar do gabinete de Mendonça e, na delação, “Mineiro” enfatizou que não foi coagido a realizar a primeira colaboração premiada, portanto, o depoimento foi voluntário. A voluntariedade é requisito para que uma delação seja homologada pelo magistrado responsável.

A reunião de terça-feira não foi a colaboração premiada em si, mas foi a primeira etapa no processo da delação, que é direcionado para a análise de aspectos do acordo, como a voluntariedade, a regularidade e a legalidade da negociação. Uma vez comprovados esses requisitos, é autorizada a homologação pelo responsável pelo caso. Ainda não há prazo para Mendonça

homologar o pedido de delação premiada.

Freixo Júnior é dono da empresa Entre Investimentos e Participações. Ele é apontado como o responsável por realizar os pagamentos para o filme através do fundo de investimento dos Estados Unidos “Havengate Development Fund”, que administrava o dinheiro para “Dark Horse” e encaminhava os recursos para a empresa Go Up Entertainment, produtora responsável pelo filme.

O fundo é administrado por Paulo Calixto, advogado e amigo do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se mudou para os Estados Unidos (EUA) em março de 2025. Diante disso, a suspeita da Polícia Federal (PF) é que os valores pagos por Vorcara para o filme não foram integralmente destinados para o longa-metragem, mas também poderiam ter sido destinados para custear a permanência de Eduardo Bolsonaro em solo americano. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), irmão de Eduardo, nega as acusações.

Na conversa com o juiz auxiliar do gabinete de Mendonça, Antonio Carlos declarou que, em 2025, realizou sete repasses financeiros ao Havengate para financiar o filme, todas feitas a pedido de Daniel Vorcara.